

Nivelamento: um olhar equânime sobre a aprendizagem

COMEÇAR!



Superintendência de
Educação Integral

Secretaria de
Estado da
Educação



Índice

-  **1. Nota ao leitor**
-  **2. Aprendizagem**
-  **3. Avaliação**
-  **4. Igualdade e equidade**
-  **5. BNCC, currículo e matrizes de referência**
-  **6. Nivelamento**
-  **7. Plano de nivelamento**
-  **8. Sequências didáticas**
-  **9. Estratégias e orientações**
-  **10. Referências e créditos**

Navegação

Utilize os botões abaixo para acessar o índice e navegar entre as páginas.

-  Este botão te leva para a página de índice
-  Este botão vai te levar para a próxima página
-  Este botão vai te levar para a página anterior
-  Este botão vai te levar para o início do caderno
-  Este botão vai te levar para o fim do caderno
-  Esses três tracinhos indicam que a palavra é um link. Clique para acessar mais conteúdo.



Agradecimentos



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL
SUPERINTENDÊNCIA DE ORGANIZAÇÃO E ATENDIMENTO EDUCACIONAL

RONALDO RAMOS CAIADO

Governador do Estado de Goiás

LINCOLN GRAZIANI PEREIRA DA ROCHA

Vice-Governador do Estado de Goiás

APARECIDA DE FÁTIMA GAVIOLI SOARES PEREIRA

Secretária de Estado de Educação

MÁRCIA ROCHA DE SOUZA ANTUNES

Superintendente de Educação Integral

PATRICIA MORAIS COUTINHO

Superintendente de Organização e Atendimento Educacional

ELABORAÇÃO – SEDUC/GOIÁS **SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL**

Alessandra de Fátima Camargo Godoi

Bianca Kelly Verly Maia Pereira

D'ávila Maria Gomes Mendes

Dorian Carneiro de Abreu Carvalho Pinto

Elcione Ângela Oliveira

Fabiana Rita de Sousa

Glenia das Chagas Carneiro Silva

Herica Cristina de Araújo

Janaína Fernandes da Silva Maracaípe

Márcia Rocha de Souza Antunes

Maria das Graças Moura da Silva

Silvia de Freitas Alves

Silvia Aparecida dos Santos Santana

Sônia Maria Domingos Fernandes

SUPERINTENDÊNCIA DE ORGANIZAÇÃO E **ATENDIMENTO EDUCACIONAL**

Patrícia Morais Coutinho

Vanusa Batista de Oliveira

Agradecimentos



ELABORAÇÃO – SEDUC/GOIÁS **COORDENAÇÃO REGIONAL - ASSESSORES** **PEDAGÓGICOS**

Adriana Freitas Gomes Fonseca
Alessandra de Godoi Spíndola Contart
Andrêssa Moreira da Costa Padovani
Cíntia Almeida Borges
Cristina Soares da Silva Tavares
Dorcas Elizabeth Cavalcante de Souza Pereira
Elaene Cristina Brás
Elaine Regina de Araújo Silva
Elisabeth Lemes de Sousa Martins
Eloisa Amélia Guimarães Rodrigues
Evalcira Luiz de Moraes
Fernanda de Freitas Moura
Fernando Pires Viana
Helena dos Santos Cordeiro
Joarice Aparecida Borges de Souza Moraes
Klener Batista
Kleomar Norberto de Oliveira
Larissa de Souza Campos Silva

Leandro José Gonçalves
Letícia Rodrigues Nascimento Santos
Luciene Santos Benjamim
Luiz Carlos Cordeiro Manso
Márcia Fernandes Teixeira e Silva
Marcos Alves Ribeiro
Maria José Aguiar dos Reis Silva
Meirilene Maria de Sousa e Silva Dias
Núbia Cristina Santos Franco
Osinêi Soares dos Santos
Roseli dos Santos
Simone de Queiroz Silva Carneiro
Simone Gomes da Silva Lima
Sônia Maria Petla Logstadt
Sulemar Pereira Gomes
Tânia Maria da Luz Silveira Rebouças
Vanda Corrêa Goulart Araújo
Vanessa Rezende de Almeida
Vânia Izabel Bastos Barbosa
Verônica Vilela Bueno Rodrigues Miranda

COLABORAÇÃO SEDUC – GOIÁS Comunicação Setorial

SEDU – ESPÍRITO SANTO
Equipe da Assessoria Especial de Educação em
Tempo Integral

SEEC – RIO GRANDE DO NORTE
Equipe de Educação em Tempo Integral
Coordenadorias: CODESE e CODESP
Subcoordenadorias: SUEP, SUESP, SUAVE
Núcleos: NECAD, NEPDH
Assessores Pedagógicos DIREC/RN

APOIO
Instituto Sonho Grande

1. Nota ao leitor

Olá, educador!

Esse material foi desenvolvido com o intuito de discutir, refletir e dar orientações acerca de uma metodologia que pode e deve ser colocada à serviço das aprendizagens dos estudantes: o Nivelamento.

Antes de aprofundarmos nessa metodologia, discutiremos alguns temas importantes como: **o processo de aprendizagem, avaliação e equidade no contexto educacional**. A partir disso, trabalharemos o **conceito de nivelamento, sua importância, intencionalidade pedagógica e estratégias didáticas** que a sustentam.

Uma proposta de **Plano de Nivelamento** será apresentada

neste documento, bem como as etapas que estão relacionadas em cada momento de sua elaboração, execução e consolidação. Além disso, analisaremos como **a escola pode participar e apoiar** ao longo de todo processo.

Abordaremos, também, as **sequências didáticas** como possibilidade para execução do Nivelamento e apoio aos estudantes e docentes no processo de ensino aprendizagem. Finalmente serão dadas orientações para o processo de construção de sequências didáticas e **estratégias** de ampliação da metodologia para outros componentes curriculares e áreas do conhecimento.

No Ensino ofertado pela Rede

Estadual de Educação do Estado de Goiás, entendemos que seja um princípio básico propiciar as condições adequadas para que o estudante construa seu conhecimento de forma significativa e acompanhe o processo educativo com tranquilidade e qualidade. Incluem-se, nesse processo, a formação acadêmica, a formação ética e cultural, o desenvolvimento da autonomia intelectual e pensamento crítico, condições essenciais para se atuar na sociedade de maneira competente, solidária e autônoma.

A ideia desse material é pensar no Nivelamento como forma de lidar com a aprendizagem de forma equânime, aplicando práticas inclusivas que reconheçam o direito de todos de

aprender, propiciando oportunidades educativas diferenciadas. Entendemos que adaptações na metodologia serão necessárias, considerando o contexto e realidade de cada escola. A intenção não é somente elevar a qualidade do ensino, mas também diminuir as desigualdades existentes, tornando o processo de aprendizagem mais democrático e acessível a todos os estudantes.

Aparecida de Fátima Gavioli Soares Pereira

Secretária De Estado Da Educação

2. Aprendizagem



2. Aprendizagem

Em uma perspectiva mais ampla, aprendizagem pode ser entendida como um processo de aquisição do conhecimento a partir de diferentes experiências e mediada por fatores endógenos (para dentro) e fatores exógenos (para fora). Esses fatores podem ser físicos, mentais, ambientais e sociais. Mas, então, **como se dá o processo de aquisição do conhecimento?**

As concepções sobre o indivíduo podem ser enxergadas sob o olhar filosófico, mas também pelo olhar biológico. Essa questão é um tanto quanto polêmica, pois o indivíduo pode ser reconhecido como um ser natural e como um ser social e histórico.

Existem alguns autores que deram importantes contribuições para a compreensão do processo de aprendizagem, sendo apresentadas diferentes abordagens relacionadas a esse tema. Essas contribuições subsidiam uma reflexão crítica sobre a prática docente, permitindo assim a compreensão dos processos de aprendizagens e sua relação com as mais diversas maneiras do fazer pedagógico.

O que dizem os teóricos?*

Teóricos	Como se dá o processo de aquisição de novas aprendizagens?	Contribuições para o contexto educacional
 Skinner (1904-1990)	<p>O sujeito aprende quando produz modificações no ambiente, tornando-o mais adaptativo, proporcionando um novo comportamento naqueles que dele fazem parte.</p> <p>Somente quando se começa a relacionar os aspectos do comportamento com os do meio ambiente é que há de fato condições de se compreender o ser humano.</p>	<p>O aprender é o ato de descobrir o ambiente, experienciá-lo e associá-lo aos fatores do meio e valorizar a aprendizagem através da prática.</p>

Para ir além...

Para se aprofundar mais nas teorias de aprendizagem acesse:

[Link para conteúdo extra](#)

[Link para conteúdo extra](#)

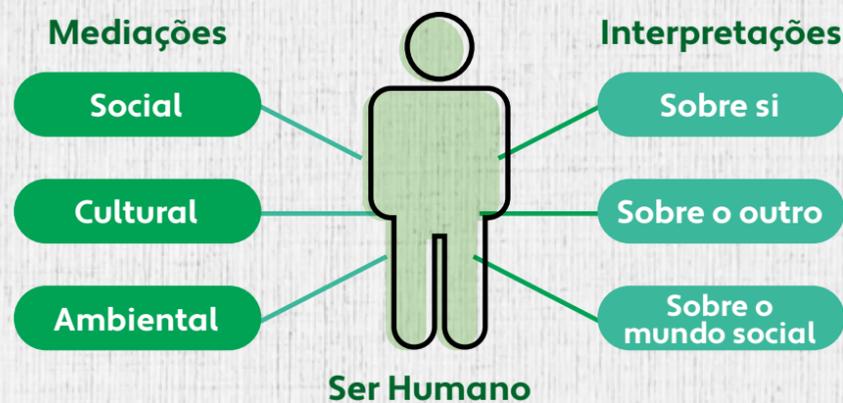


Teóricos	Como se dá o processo de aquisição de novas aprendizagens?	Contribuições para o contexto educacional
 <p>Jean Piaget (1896-1980)</p>	<p>O desenvolvimento cognitivo do sujeito está dividido em dois aspectos:</p> <ul style="list-style-type: none">- Aspecto psicológico/espontâneo: características orgânicas do indivíduo, relacionado com suas habilidades como um ser vivo.- Aspecto psicossocial: caracterizada pelas relações sociais que o indivíduo estabelece ao longo de seu desenvolvimento (com a família, com os amigos, na escola etc.). <p>O aspecto psicológico/espontâneo é valorizado, indicando que é preciso esperar o desenvolvimento da criança (aspecto espontâneo) para submetê-la a determinadas aprendizagens por transmissão (aspecto psicossocial).</p>	<p>O aprendizado deve respeitar os níveis de desenvolvimento das crianças na escola, e situações desafiadoras e relevantes devem ser proporcionadas para possibilitar a aprendizagem.</p>
 <p>Vygotsky (1896-1934)</p>	<p>Toda função no desenvolvimento dos seres humanos ocorre inicialmente no plano social e, posteriormente, no plano psicológico.</p> <p>O sujeito se desenvolve a partir das relações sociais, e tais relações, se significativas, possibilitam a apropriação dos elementos da cultura humana (material e simbólica). Nesse sentido, elas garantem um processo de aprendizagem mais humanizador.</p>	<p>A escola deve permitir que os estudantes se reconheçam enquanto sujeitos conscientes de sua realidade histórica e social e, portanto, responsáveis por sua transformação, tanto no âmbito objetivo quanto subjetivo.</p>
 <p>Wallon (1879-1962)</p>	<p>Defende a origem histórico-social do psiquismo humano e enfatiza que o biológico não determina o indivíduo, mas o indivíduo não o é sem o biológico.</p> <p>A aprendizagem está relacionada com o psiquismo humano que é constituído por três dimensões integradas e interdependentes: motora, cognitiva e afetiva.</p>	<p>O indivíduo deve ser entendido em sua totalidade para a efetivação do processo de construção social do ser humano. Isso significa entender que toda e qualquer atividade escolar deve ser significativa em suas três dimensões (cognitiva, motora e afetiva).</p>

*Fonte: (VIOTTO FILHO et al., 2009)



O processo de aprendizagem é mediado pelos mais diversos fatores que circundam o indivíduo, e eles não podem ser desconsiderados. A partir de toda essa mediação, o ser humano gera interpretações sobre si, sobre o outro e sobre o mundo. Veja o esquema abaixo:



Então, quando pensamos nos seres humanos, precisamos considerar que os fatores que os circundam são diferentes, bem como suas realidades e repertórios culturais. Isso possibilita que as interpretações sobre si, sobre o outro e sobre o mundo social sejam diversas. Nesse sentido, **as individualidades devem ser consideradas e respeitadas ao longo de todo o processo de aprendizagem.**



Trazendo para o contexto educacional: os estudantes vêm de diferentes contextos e realidades, carregam consigo bagagens diversas, têm trajetórias únicas e singulares, além de olharem para si mesmos, para o outro e para o mundo social de forma particular. Tudo isso permite concluir que **o processo de aprendizagem é individual, dependente de histórias particulares e vai além do ambiente escolar.** Sendo assim, é necessário considerar cada um dos estudantes na sua singularidade, respeitando os diferentes ritmos de aprendizagem, interesses e dificuldades, compreendendo, assim, que diferentes estratégias, metodologias e recursos serão necessários para possibilitar um processo de aprendizagem mais significativo e individualizado.

3. Avaliação



3. Avaliação

Discutir avaliação e como ela é realizada nos ambientes escolares é muito importante para compreender os caminhos e desafios que ainda são necessários trilhar para atualizar a prática avaliativa. Segundo HADJI (2001), a prática avaliativa deve ser colocada, tanto quanto seja possível, a serviço das aprendizagens. Porém, ainda é muito comum que a avaliação da aprendizagem esteja sendo usada quase que exclusivamente como instrumento de verificação, seleção e classificação, visando à exatidão de reprodução do conteúdo comunicado em sala de aula, indicando uma abordagem tradicional do processo de ensino-aprendizagem.

De acordo com Hoffmann (2008 , p. 17), avaliação é:

[...] uma ação ampla que abrange o cotidiano do fazer pedagógico e cuja energia faz pulsar o planejamento, a proposta pedagógica e a relação entre todos os elementos da ação educativa. Basta pensar que avaliar é agir com base na compreensão do outro, para se entender que ela nutre de forma vigorosa todo o trabalho educativo.

A discussão sobre avaliação é antiga e complexa. Perrenoud (1999) reforça que, **apesar do conceito e prática avaliativa já ter avançado muito, ainda existe resquícios de uma avaliação mensuradora e punitiva.**

Existem algumas classificações em relação aos tipos de avaliação. Nesse material, será abordada a avaliação diagnóstica, formativa e cumulativa.

Vamos entender os objetivos dessas essas avaliações e quando elas acontecem?

Avaliação Diagnóstica: visa **coletar informações sobre o estudante**, identificando o que ele já sabe e o que ele ainda não aprendeu. A partir dessa avaliação, o docente pode definir quais estratégias e recursos utilizará para apoiar a ação formativa.

Quanto a isso, Luckesi (1998) chama a atenção para a importância de se adotar uma prática avaliativa diagnóstica contínua nas escolas, para que não seja realizada somente no início do ano, mas ao longo de todo o percurso educativo.

Avaliação Formativa: visa **orientar o estudante quanto ao seu desenvolvimento** ao longo de todo seu percurso educativo, procurando localizar suas dificuldades para o ajudar a descobrir os processos que lhe permitirão progredir na sua aprendizagem. Contribui para a regulação do processo ensino-aprendizagem, se realizada por meio de uma contínua troca entre educador e educando.

Segundo HADJI (2001), a continuidade é outra característica da avaliação formativa, que deve estar inscrita no centro do processo educativo, formativo, proporcionando uma articulação mais eficaz e constante entre coleta de informações e ação remediadora. Sua prática transcende a ideia da classificação, da medição e da seleção.

Avaliação Cumulativa: ocorre depois da ação formativa e tem como objetivo **verificar se as aquisições foram, de fato, atingidas**. Essa avaliação possibilita um feedback ao estudante e ao docente se as aprendizagens foram efetivadas e se as metodologias e estratégias pedagógicas permitiram o desenvolvimento do educando.

Segundo CARDINET (1986) esse tipo de avaliação tem como característica fornecer um balanço parcial ou total sobre um conjunto específico de aprendizagens.

Complementando as definições supracitadas, Hadji (2001) aponta que a avaliação formativa deve ser **informativa**, informando os atores do processo educativo sobre sua intencionalidade, etapas necessárias, resultados e desafios a serem superados. Dessa forma, o docente consegue compreender os efeitos reais de sua intervenção pedagógica, possibilitando que ele regule sua ação a partir disso. Além disso, o estudante toma consciência das dificuldades que encontra e pode reconhecer e corrigir seus próprios erros.

Hoffmann (2009) nos traz uma nova perspectiva de avaliação: a mediadora. A avaliação **mediadora** opõe-se ao modelo do ‘transmitir-verificar-registrar’ e caminha no sentido de uma ação pedagógica reflexiva e desafiadora do educador. Esse tipo de avaliação favorece a troca de ideias entre educador e educando, na tentativa de superar o saber transmitido e produzir o saber enriquecido. Professor e estudante buscam coordenar seus pontos de vista, trocando ideias, reorganizando-as e regulando o processo de ensino-aprendizagem.

A compreensão dos tipos de avaliação e suas intencionalidades pedagógicas permite pensar o fazer avaliativo a serviço das aprendizagens.. É preciso conquistar um espaço de diálogo entre os sujeitos, compreendendo o diálogo como a leitura curiosa e investigativa do docente no que se refere às aprendizagens de seus estudantes. **A avaliação mediadora** acontece na medida em que as estratégias do professor priorizam a proximidade corpo a corpo com o estudante, em um processo constante de diálogo e discussão. (HOFFMANN, 2009).

O ato de avaliar pressupõe a reflexão acerca de informações obtidas, com o objetivo de planejar ações futuras. É de grande importância que a avaliação seja transformada em prática de aprendizagem, pois ela pressupõe, em si, perspectivas de mudanças na práxis escolar, a fim de que, no processo de aprendizagem, ocorra a melhoria quanto ao rendimento. Faz-se necessário compreender esse processo a partir de aspectos cognitivos e socioemocionais, para que sejam traçados planos de atuação fidedignos que, de fato, venham ao encontro de todas as necessidades dos estudantes, eliminando as defasagens que porventura apresentarem.





4. Igualdade e equidade



4. Igualdade e equidade

No âmbito educacional, muito se fala sobre **igualdade** e **equidade**. Apesar de estarem relacionados, esses dois termos não são sinônimos, existindo importantes diferenças entre eles.

Vamos analisar um exemplo prático da aplicação desses dois conceitos?

Analise a situação A:



Observa-se, nessa situação, que uma **mesma** bicicleta foi dada a **diferentes** indivíduos, mesmo eles apresentando características e necessidades distintas. Se o objetivo era propiciar a cada um dos indivíduos uma bicicleta, esse objetivo foi alcançado. Nessa situação, pode-se ver na prática o conceito de Igualdade.

Igualdade: visa garantir que todas as pessoas recebam o mesmo para que tenham qualidade de vida.

Agora analise a situação B:



Nessa situação, antes de entregar as bicicletas a cada um dos indivíduos, houve a tentativa de entender e fornecer a eles o que precisavam, tendo em vista suas características e necessidades. Como conclusão, foram entregues **diferentes** bicicletas aos **diferentes** indivíduos, adaptadas à realidade de cada um deles. Se o objetivo nessa situação era, além de propiciar a cada um dos indivíduos uma bicicleta, para que eles conseguissem utilizá-la de forma adequada, esse objetivo foi alcançado. É perceptível nessa situação o conceito de Equidade.

Equidade: envolve a tentativa de entender e fornecer às pessoas aquilo de que elas precisam para ter qualidade de vida.

Os dois conceitos têm o mesmo objetivo de promover justiça (por meio da garantia da qualidade de vida a todos). Porém, o princípio da **igualdade** só funcionaria se todas as pessoas comessem suas vidas do mesmo ponto de partida, sob os mesmos fatores e condições e **precisassem das mesmas coisas**.

Pensando no contexto da escola, nos diferentes processos de aprendizagem, nas bagagens e trajetórias dos estudantes, a diretriz norteadora mais adequada é a EQUIDADE. É preciso entender os desafios e barreiras enfrentadas por cada estudante ou grupos de estudantes e fornecer suporte adequado a cada um para ajudá-los a superá-las. Apesar de não se ter garantia de que os resultados sejam idênticos, o propósito principal é que se busque uma igual oportunidade de sucesso a todos.



5. BNCC, currículo e matrizes de referência



5. BNCC, currículo e matrizes de referência

Você sabe o que significa BNCC? Para que serve? É o mesmo que Currículo? Afinal, o que é currículo? Currículo é uma matriz de referência?

Essas perguntas, por vezes, são feitas em contextos escolares e precisam ser devidamente esclarecidas para que os educadores possam entender plenamente o significado desses documentos, sua importância e relação com sua prática pedagógica.

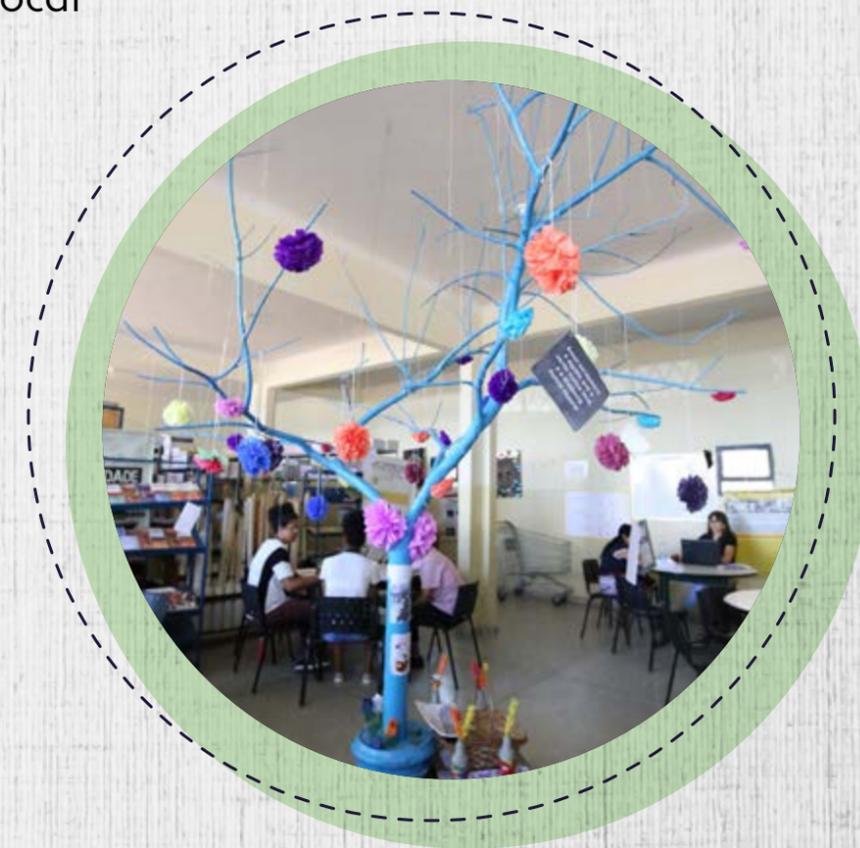
Antes de tudo, precisamos entender o que é currículo. Currículo pode ser entendido em diferentes dimensões e perspectivas. De acordo com Sacristán (2000), o termo currículo pode estar associado às seguintes dimensões:

- Currículo prescrito – documentos elaborados pelas esferas centrais para orientar o trabalho da escola.
- Currículo planejado – materiais produzidos para uso por parte de professores e estudantes nas escolas.
- Currículo organizado – arranjos de tempos, espaços, sujeitos e saberes no interior da escola.
- Currículo em ação – conjunto de atividades desenvolvidas por professores e estudantes nas salas de aula, proporcionando a articulação entre eles e o conhecimento a ser ensinado e aprendido.
- Currículo avaliado – explicita o que é considerado legítimo

em termos de aprendizagem, indicando mecanismos que podem ser produzidos no contexto interno ou no contexto externo à escola.

Nesse material, iremos focar currículo na dimensão de **currículo prescrito**, ou seja, o documento que expressa as aprendizagens dos estudantes de cada território.

Então, vamos verificar o que são esses documentos e como cada um nos auxilia na prática?



Documento	O que é?	Importante
BNCC – Base Nacional Comum Curricular 	<p>É um documento orientador, uma vez que define as aprendizagens essenciais que devem ser desenvolvidas ao longo de toda a Educação Básica.</p> <p>Esse documento apoia, como diretriz norteadora, as secretarias de educação na elaboração de seus currículos.</p>	<p>A BNCC não substitui os currículos e não deve ser confundida como uma matriz de referência.</p> <p>BNCC não é matriz, é diretriz.</p>
Currículo	<p>Documento elaborado pelas esferas centrais para orientar o trabalho da escola, indicando as aprendizagens que os estudantes devem desenvolver.</p> <p>Esse documento apoia o professor no cotidiano escolar, pois é a referência mais contextualizada para construção de avaliações, elaboração de aulas e definição das habilidades e competências que precisam ser trabalhadas em cada ano/série.</p>	<p>Não existe um currículo nacional. Cada território brasileiro possui o seu currículo - seja na esfera estadual ou municipal - para assim considerar suas especificidades, valorizando seus contextos locais e diversidade cultural.</p>
Matriz de Referência	<p>É um documento que explicita os descritores de habilidades que são esperadas dos estudantes em diferentes etapas de escolarização e que podem ser aferidas em testes padronizados de desempenho.</p> <p>Exemplos de matrizes: matriz SAEB e matriz ENEM</p>	<p>As Matrizes de Referência não esgotam o conteúdo a ser trabalhado em sala de aula e, portanto, não devem ser confundidas com propostas curriculares, estratégias de ensino ou diretrizes pedagógicas.</p>

E agora, vamos entender o que são habilidades, competências e descritores.

Quadro-resumo – Definições Habilidades, Competências e Descritores

	Na visão do Dicionário Aurélio	Na visão de outras fontes	Em resumo...
Habilidade	“qualidade daquele que é hábil. Aptidão, capacidade, competência.”	“[...]As habilidades expressam as aprendizagens essenciais que devem ser asseguradas aos estudantes nos diferentes contextos escolares.” (BNCC)	Capacidade que uma pessoa tem de realizar algo. Saber fazer.
Competência	“qualidade de quem é capaz de apreciar e resolver certo assunto, fazer determinada coisa; capacidade, habilidade, aptidão, idoneidade.”	“[...]competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.” (BNCC)	Mobilização de um conjunto de habilidades para resolver uma situação complexa.
Descritor	“aquele que descreve.”	“Os descritores associam o conteúdo curricular a operações cognitivas, indicando os conhecimentos que serão avaliados por meio de um item. Importante reforçar que um descritor precisa ser construído de tal forma que possa ser aferível em determinado item.” (CAEd)	Importante reforçar que um descritor precisa ser construído de tal forma que possa ser aferível em determinado item.

6. Nivelamento



6. Nivelamento

Para compreender a metodologia do Nivelamento, é preciso ter bastante clareza sobre o que significa "Nivelar", bem como acerca da **diferença entre nivelamento e reforço**. Vejamos o que o dicionário diz sobre esses 2 termos.

Reforço: Definição Dicionário Houaiss:

"[...] ação ou fato de tornar algo mais resistente, mais forte, mais capaz, mais eficaz, etc".

Nivelamento: Definição Dicionário Houaiss:

"[...] ação ou efeito de nivelar, nivelação".

Compreende-se, portanto, que, **quando se trata de reforço, entende-se que uma base já está consolidada e o objetivo é apenas torná-la mais forte e resistente**. O mesmo não se pode afirmar a respeito de **Nivelamento**, pois, nesse caso, **a base está fragilizada, ela ainda precisará ser desenvolvida para que, em um outro momento, seja fortalecida**.

No contexto escolar, quando pensamos em uma atividade de reforço,

estamos considerando que a habilidade daquele estudante ou grupo de estudantes já foi desenvolvida. Mas é importante considerar que ainda existe uma possibilidade de aprofundamento e fortalecimento dessa mesma habilidade. Nesse sentido, uma atividade de reforço trabalha numa região potencial de desenvolvimento. Veja o esquema abaixo:



Quando a habilidade, ou o conjunto de habilidades, não foi plenamente desenvolvida naquele estudante ou conjunto de estudantes, uma atividade de reforço não atingirá sua finalidade. Nesse caso, será necessário pensar em uma atividade de Nivelamento. O objetivo de uma atividade de nivelamento é desenvolver uma habilidade que não foi plenamente desenvolvida, pois caso isso não ocorra, as aprendizagens poderão ficar comprometidas. O foco da atividade de Nivelamento é atuar na Zona de desenvolvimento, para que, em um segundo momento, seja direcionada para uma Zona potencial de Fortalecimento.

#NIVELAMENTO NA PRÁTICA

Então, o que é Nivelamento?

Podemos entender Nivelamento como uma metodologia que visa promover o desenvolvimento de habilidades básicas não desenvolvidas em períodos anteriores ao da série/ano em curso.

Quais são as premissas para se trabalhar o Nivelamento nas escolas?

1. Prática investigativa:

é necessário que a escola assuma um papel investigativo no sentido de mapear as dificuldades dos estudantes para assim propor ações reparadoras, muitas vezes de caráter emergencial, a fim de permitir o avanço de todos. Para isso é preciso definir prioridades,

objetivos, metas, estratégias pedagógicas e instrumentos de acompanhamento/monitoramento do Nivelamento. A prática investigativa deve permear toda a ação formativa da escola.

2. Variabilidade pedagógica:

reconhecer a pluralidade dos estudantes, seus ritmos de aprendizagem e seus contextos é o primeiro passo para se pensar nas estratégias que serão aplicadas no Nivelamento. Como nem todos aprendem da mesma forma, as estratégias pedagógicas devem oportunizar experiências educativas significativas aos estudantes, de forma que aquelas aprendizagens não desenvolvidas anteriormente possam, de fato, ser efetivadas.

Não haverá apenas um recurso, uma prática de ensino e apenas um formato para se realizar o Nivelamento. As estratégias precisam ser pensadas, estruturadas e avaliadas continuamente.

3. Interlocução contínua: todos os atores da escola precisam compreender a intencionalidade dessa metodologia e se comunicar continuamente. Os **estudantes** precisam entender quais suas respectivas situações escolares, ou seja, quais aprendizagens possuem e quais ainda precisam desenvolver. Os **professores**, a partir do diagnóstico de seus estudantes, devem estruturar as ações para superar as defasagens mapeadas. A **coordenação pedagógica** deve apoiar os

docentes no planejamento das atividades e estabelecer o panorama pedagógico da escola. Além disso, cabe à **gestão escolar** verificar os resultados alcançados e direcionar esforços em prol das aprendizagens.

Como essa metodologia pode se efetivar nas escolas?

Essa metodologia pode acontecer em momentos formais, em aulas específicas de Nivelamento, voltadas para a recuperação efetiva do que não foi aprendido e para as causas de defasagem no desempenho dos estudantes. Mas, mesmo que não exista momento formal destinado para o Nivelamento, este pode ser inserido nos componentes curriculares e ser

trabalhado ao longo de todo o processo formativo.

Nivelamento é específico para os componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática?

Nas escolas com oferta de Ensino Médio em Tempo Integral, a metodologia está mais comumente aplicada no contexto de Língua Portuguesa e Matemática, porém a metodologia não se restringe apenas a esses componentes curriculares. Todos os demais podem elaborar atividades de Nivelamento, caso detectada necessidade de desenvolvimento de habilidades anteriores. É importante que a escola passe a desenvolver a interdisciplinaridade a fim de que os professores formem uma rede colaborativa de apoio que esteja a serviço das aprendizagens dos estudantes.

Como a Educação Integral está relacionada com o Nivelamento?

A Educação Integral tem a preocupação de considerar os indivíduos nas suas diferenças e singularidades, proporcionando uma educação que dialoga com os processos individuais de aprendizagem. Dessa forma, o Nivelamento é uma ferramenta importante para lidar com ambientes mais equânimes, aplicando práticas inclusivas que reconheçam o direito de todos de aprender e acessar oportunidades educativas diferenciadas, contribuindo para que essa proposta seja e se torne cada vez mais democrática e acessível, constituindo-se como uma ferramenta para elevar a qualidade de ensino e propiciar o alcance de oportunidades, diminuindo a desigualdade. O princípio da **corresponsabilidade** é intencional em todo o processo de

Nivelamento, visto que considera o conjunto de responsabilidades individuais dos envolvidos, estudantes e docentes.

O Nivelamento também está ligado ao **Projeto de Vida** dos estudantes. O projeto de vida amplia a motivação para aprender e evoluir em todas as áreas do conhecimento, nas dimensões cognitivas e socioemocionais. As atividades de nivelamento podem contribuir para que cada estudante se conheça melhor e se oriente de forma mais clara e consciente acerca do futuro.

Além disso, essa metodologia tem relação com a **Tutoria**, pois um dos papéis do tutor é acompanhar o desempenho dos estudantes, orientando e apoiando-os nesse processo. O Estudo Orientado II deve propiciar ao estudante ferramentas e técnicas de

estudos que favoreçam o autodidatismo, o planejamento pessoal e o desenvolvimento da autonomia e autorregulação.

Como estruturar e organizar o Nivelamento nas escolas?

O Nivelamento contribui com a aprendizagem dos estudantes e caminha mais no sentido da equidade. Entretanto, para colher os resultados dessa metodologia, o seu planejamento é fundamental, bem como a definição dos papéis e a comunicação entre os envolvidos. Além disso, é necessário um olhar crítico e cuidadoso ao longo de toda a sua execução. Para isso, iremos refletir sobre a construção de um Plano de Nivelamento que oriente e apoie todos os envolvidos. Vamos discutir mais detalhadamente sobre Plano de Nivelamento?

7. Plano de Nivelamento



7. Plano de nivelamento

O Plano de Nivelamento é um instrumento elaborado conjuntamente pelas equipes pedagógicas da escola junto com os docentes. Ele também contempla o olhar crítico da gestão. A elaboração do Plano de Nivelamento constitui-se como essencial ao processo, pois essa construção possibilitará analisar os dados e indicadores internos (avaliações semanais, avaliações diagnósticas etc.) e obtidos da avaliação externa (exame nacional e estadual), levantar hipóteses sobre as causas das defasagens, assumir posicionamentos investigativos e propor ações pedagógicas, definindo prioridades, objetivos e metas. É, de fato, uma oportunidade para revisar a prática docente e os novos rumos que a escola deve tomar.

Para facilitar o entendimento, o plano de Nivelamento está

dividido em 3 (três) etapas principais: **Avaliação Diagnóstica**, **Execução do Nivelamento** e **Avaliação Cumulativa**. O plano de Nivelamento deve ser sempre revisitado e reavaliado, por isso sua representação cíclica. Veja o esquema abaixo:



Vamos aprofundar em cada uma das etapas?

7.1. Avaliação Diagnóstica

Sem dúvidas, a Avaliação Diagnóstica é o ponto de partida para se discutir Nivelamento. Para facilitar a compreensão dessa avaliação, iremos subdividi-la em algumas etapas: **análise do currículo, seleção das habilidades, desenho do instrumento e resultados da avaliação diagnóstica**.



análise do currículo • seleção das habilidades
desenho do instrumento • resultados
da avaliação diagnóstica

A) **Análise do currículo**

Para se pensar em avaliação diagnóstica, é essencial conhecer e compreender o currículo da rede. Como vimos anteriormente, é no currículo que estão definidas as aprendizagens que devem ser garantidas aos estudantes. A compreensão do currículo envolve analisar também os currículos das outras etapas de ensino. Por vezes, os estudantes chegam ao Ensino Médio sem dominar as habilidades do Ensino Fundamental. Por isso, é importante ter um olhar sobre como o currículo, de maneira mais ampla, está delineado e qual o conjunto de habilidades que potencialmente o estudante precisará desenvolver.

B) Seleção das habilidades

Geralmente, para a realização dessa etapa, é considerado o conjunto de habilidades do ano/série anterior. Entretanto, o docente, juntamente com o olhar da equipe pedagógica, deverá ter sensibilidade para verificar se é necessário também incluir habilidades de etapas anteriores. Pode-se, por exemplo, revisar o currículo do Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II. Partindo da premissa de que todos devem aprender e no conceito da equidade, é preciso garantir que as habilidades essenciais estejam desenvolvidas e que o percurso formativo dos estudantes não será comprometido.

C) Desenho do Instrumento

Primeira pergunta a ser respondida é: *qual o público da minha avaliação diagnóstica?*

Se for uma avaliação diagnóstica **de rede** e tiver como objetivo aprofundar o conhecimento sobre ela, planejar e avaliar políticas educacionais, além de melhorar os resultados dos estudantes de maneira geral, o **instrumento quantitativo** é o mais indicado. Esse instrumento é organizado em questões objetivas que permite maior facilidade de tabulação e análise.

Entretanto, avaliação diagnóstica não se resume apenas a avaliações de rede. Ela deve acontecer continuamente **nas escolas**, adaptadas e personalizadas para a realidade do público local. Nesse caso, a escola e os docentes não precisam se limitar a instrumentos quantitativos. **Instrumentos qualitativos** também devem ser utilizados, mesclando análises quantitativas e qualitativas.

Outras possibilidades de diagnosticar qualitativamente o nível de aprendizagem dos estudantes são:

- atividades de leitura e interpretação;
- produções de texto;
- reflexões sobre a vida do estudante;
- jogos pedagógicos;
- debates, seminários, entre outras apresentações.

Para cada habilidade incluída no diagnóstico, deve-se pensar em diferentes formas de avaliá-la, em diferentes níveis de complexidade, para que a situação do estudante ao final da avaliação seja a mais assertiva possível.

D) Resultados da avaliação diagnóstica

Instrumento construído e validado pelos responsáveis? Se

sim, a avaliação pode acontecer. É importante explicitar para os estudantes a intencionalidade dessa avaliação, indicando que os resultados nortearão os próximos passos do percurso formativo. Será necessário retomar algumas habilidades? Quais habilidades? Como será o trabalho em sala de aula? Essas respostas serão obtidas a partir da análise dos resultados.

Os resultados não devem somente ser tabulados, mas também analisados criteriosamente pelos docentes com apoio e revisão da equipe pedagógica e gestora, e ações reparadoras devem ser instituídas, se necessário. Lembrando que essas ações devem ser colocadas a serviço das aprendizagens.

7.2. Execução do Nivelamento



resultados da avaliação diagnósticas
agrupamento de estudantes
definição de estratégias e recursos didáticos
execução das atividades

A execução do Nivelamento ocorrerá a partir da realização do diagnóstico e análise dos resultados. Para facilitar a compreensão dessa etapa, dividiremos em estratégias para **agrupamento de estudantes, definição de estratégias e recursos didáticos e execução das atividades.**

A) Agrupamento dos estudantes: uma estratégia que pode apoiar os docentes na condução das atividades de nivelamento é pensar em como os agrupamentos de estudantes podem ser realizados. A obtenção de um panorama geral da sala e a análise das dificuldades mais recorrentes e de maior criticidade são fundamentais para a priorização do professor.

B) Definição de estratégias e recursos didáticos: como vimos anteriormente, uma das premissas do Nivelamento é a variabilidade didática. Nesse sentido, experiências educativas diversas devem ser oportunizadas para possibilitar aprendizagens não desenvolvidas. É preciso considerar **as diferentes formas de aprender, as diferentes metodologias ativas de aprendizagem** (sala de aula invertida, metodologia da problematização, rotação por

estações etc.), a construção de sequências didáticas contextualizadas que promovam o desenvolvimento dos **múltiplos saberes dos estudantes**, dentre outras metodologias que suscitem **diferentes enfoques e possibilidades**. A coordenação pedagógica deve apoiar os docentes na seleção dessas estratégias e contextualização para o público da unidade de ensino. Esse exercício demanda uma revisão contínua da prática docente, o entendimento de que não existe um único caminho e que as estratégias traçadas poderão sofrer ajustes ao longo do percurso.

Para saber mais sobre a metodologia da problematização, clique **aqui**.

C) Execução das atividades: Após definidas as estratégias pedagógicas para alcançar os objetivos de aprendizagens

previstos, já é possível executar as atividades. O importante dessa etapa é assegurar a constante avaliação, feedback e intervenções ao longo do processo. O que foi planejado está surtindo efeito? Os estudantes estão se desenvolvendo? Algo precisa ser revisto? Essas perguntas devem ser respondidas ao longo dos momentos destinados para as atividades de Nivelamento.

7.3. Avaliação Cumulativa

A avaliação cumulativa é aquela que indica se as atividades que foram executadas no Nivelamento surtiram efeitos e resultados na aprendizagem. Ela é realizada após a ação formativa e tem como principais objetivos:

- Fornecer devolutiva aos estudantes sobre suas aprendizagens, indicando se as atividades que foram

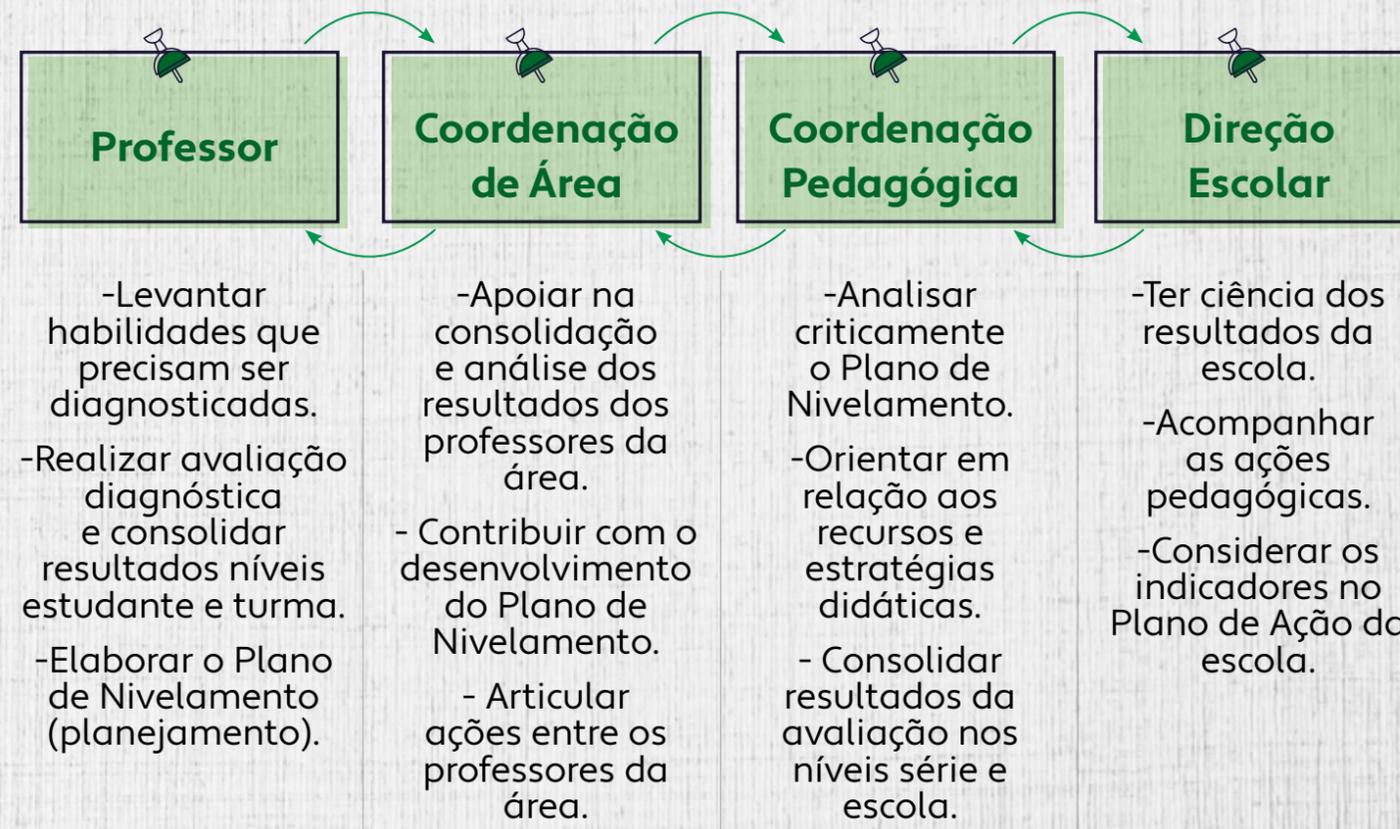
realizadas por ele contribuíram em seu desenvolvimento e como foi sua dedicação e envolvimento em todo o processo (lembrar que é importante gerar o sentimento de corresponsabilidade pelos resultados).

- Dar retorno ao docente sobre as estratégias, metodologias e recursos selecionados. É momento de verificar se as habilidades foram desenvolvidas ou se, de maneira mais ampla, as estratégias surtiram o efeito esperado.
- Indicar se a escola está dedicando esforços necessários e mobilização suficiente para atingir resultados mais positivos de aprendizagem. É possível reavaliar o plano de ação da escola, atualizá-lo e até mesmo definir novas diretrizes.



estudante • professor • escola

De maneira geral, como são divididos os papéis e responsabilidades em um Plano de Nivelamento?



Pensando na estrutura das escolas de oferta de Ensino em Tempo Integral, temos a presença dos professores coordenadores de área (PCA). Eles devem ser responsáveis pela validação e monitoramento na sua área de atuação e pelo alinhamento com o Coordenador Pedagógico. Os PCA's apoiam na construção de ações interdisciplinares e na estruturação de ações pedagógicas mais significativas tendo em vista o contexto dos estudantes. Em unidades de ensino que não tiverem coordenação de área, a coordenação pedagógica deve ficar responsável por esse apoio e articulação entre os professores.

8. Sequências didáticas



8. Sequências didáticas

As sequências didáticas (SDs) são um conjunto de atividades organizadas de forma intencional, ligadas entre si, planejadas para desenvolver habilidades e atingir objetivos educacionais específicos. Devem possuir início e fim conhecidos, tanto para docentes, quanto para os estudantes. De maneira geral, elas são organizadas em módulos ou unidades para que o aprendizado seja construído etapa por etapa. Uma forma de organizá-las é por meio dos objetos de conhecimento, podendo, a partir deles, trabalhar diferentes habilidades. De maneira geral, em uma sequência didática são aprofundadas habilidades do próprio componente curricular, mas podendo, sempre que possível, envolver

habilidades de demais áreas do conhecimento.

Veja abaixo um exemplo de organização de uma sequência didática de Matemática:

NÚMEROS NEGATIVOS

Nota ao Professor

Olá Professor(a)!

Esse material foi desenvolvido para alunos que apresentarem defasagem nas operações básicas de adição e subtração. Deixamos uma sugestão para um acompanhamento mais individualizado para que o mesmo consiga superar tal defasagem.

O objetivo final é que o aluno consiga resolver situações-problema que envolvam essas operações. Para isso foram desenvolvidas unidades divididas em três etapas: verificando, entendendo e praticando, que explicaremos ao longo do material.

Bom trabalho!

Unidades do Material

- 01 • A ideia de números negativos 2 aula(s)
- 02 • Ideia e procedimentos de adição e subtração 4 aula(s)
- 03 • Ideia e procedimentos de multiplicação e divisão 2 aula(s)
- 04 • Expressões numéricas com números negativos 4 aula(s)
- 05 • Problemas com números negativos 2 aula(s)

Resolve problemas com números negativos

Na sequência didática acima, o objeto do conhecimento é **Números Negativos**.

Observe que a estrutura é dividida em cinco unidades, sendo a primeira unidade “A ideia dos números negativos” e a quinta unidade, “Problemas com números negativos”. Para cada uma, é sugerido um número de aulas, que varia de acordo com a complexidade da unidade ou do número de atividades propostas para o desenvolvimento daquela habilidade.

Números negativos são os números acompanhados de um sinal de subtração (-) e feito. Voltando a nosso exemplo anterior:

Data	Lançamento	Valor	Saldo
05/01	Salário	700	
05/01	Roupa	-300	
05/01	Salário	300	
15/01	Churrasco	-100	
15/01	Salário		-50,00

São todos números negativos

Vamos a outro exemplo do uso de números negativos:

Um bico dia seu crush te convidou para passar o final de semana super romântico no deserto do Saara.

Como você estava indo para o deserto só colocou as suas mais roupas de calor.

Mais pela tarde enquanto seu crush dava um mergulho você viu que temperatura tinha caído.

Logo que desembarcou do aeroporto viu que o termômetro marcava 38°C.

Um pouco depois de cruzar um pontilhão por dia ele, você ficou espantado com a temperatura.

Como você estava sem nenhuma roupa de frio, fez uma fogueira para aquecer você e o crush.

...que nem ficou para temperatura que marcava lá fora!

Mas você estava tão feliz com o crush...

Nesse exemplo, temos que:

38°C	38°C
-12°C	-12°C

São todos números negativos

Os números negativos são amplamente utilizados no nosso dia a dia, para indicar dívidas, pagamentos, descontos, temperatura, profundidade, distância, etc.

Algumas características da sequência didática anterior:

Interativa: para despertar interesse e autonomia.

Contextualizada: problemas reais e situações do cotidiano.

Interdisciplinar: traz algumas possibilidades de abordagem com outros componentes curriculares e áreas do conhecimento (nesse caso, o componente Geografia).

Para cumprir com seus objetivos pedagógicos, uma sequência didática deve atender a alguns aspectos importantes. Vamos sistematizar esses aspectos?

Linguagem clara e objetiva.

Exploração das características dos objetos do conhecimento trabalhados.

Progressão de dificuldade.

Interdisciplinaridade.

Organização e apresentação de forma sequencial.

Atividades com diferentes enfoques (produção, resolução de problemas, interpretação, reflexão etc).

Contextualização para a realidade dos estudantes.

Promoção da autonomia e autorregulação dos estudantes.

Abordagem de temas transversais, sempre que possível.

Utilização de texto e problemas com diferentes níveis de complexidade.



9. Estratégias e orientações



9. Estratégias e orientações

Nesta seção, apresentaremos algumas **estratégias** para ampliação da metodologia para outras áreas do conhecimento, além de Língua Portuguesa e Matemática, de forma a envolver mais professores na metodologia do Nivelamento.

Além disso, indicaremos algumas **orientações** para elaboração de sequências didáticas, partindo do pressuposto de que todo professor pode ser um elaborador de sequência didática.

9.1. Estratégias

O termo da interdisciplinaridade é bastante discutido nas redes de ensino e encontra embasamento legal para sua aplicação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/

LDB nº 9394/96, Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e, mais recentemente, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os quais traduzem o termo como articulação de ações entre diferentes componentes curriculares que buscam o interesse comum. Dessa forma, a interdisciplinaridade estabelece uma relação compartilhada com as demais áreas do conhecimento, rompendo com os limites de aulas, voltadas para componentes curriculares específicos e ofertando uma aprendizagem mais “globalizada”.

Para ampliar o uso de Sequências Didáticas a outros componentes curriculares e áreas de conhecimento é preciso pensar

em propostas pedagógicas interdisciplinares que envolvam os professores em **práticas de estudo** e de **planejamento coletivo**, o que também requer a aplicação de competências da BNCC importantes para o trabalho em grupo, tais como: autoconhecimento; repertório diferenciado; pensamento crítico, reflexivo e criativo; comunicação; empatia e cooperação, entre outros.

A participação de profissionais das diversas áreas como elaboradores de sequências didáticas pode possibilitar a integração entre os conhecimentos de forma mais fluida, considerando os conhecimentos prévios dos estudantes e seus contextos. Para facilitar essa integração,

sugere-se que, nessas ações, os profissionais tenham um **cronograma**, e que as Coordenações Regionais acompanhem a construção no sentido de orientar e facilitar a produção das SD's.

Destaca-se a estratégia de envolvimento não apenas dos profissionais atuantes em determinada unidade escolar, mas também da rede como um todo, podendo existir a possibilidade, por exemplo, de criação de um formato de “banco de dados colaborativo”, no qual todos os professores de toda a rede poderiam participar e dar sua contribuição. Dessa forma, seria possível consultar esse banco na procura de questões bem estruturadas como fonte principal para criar e elaborar as

seqüências didáticas e avaliação diagnóstica. Além das vantagens de pluralidade, participação, colaboração, diversidade e troca, a vantagem de uma ferramenta como essa é a de propiciar materiais estruturados pela rede, que têm como foco o estudante e suas particularidades.

9.2. Orientações

Inicialmente, vale ressaltar a importância de que um elaborador de seqüências didáticas conheça, de fato, o público atendido pela escola. A **participação dos professores** nesse processo é fundamental, uma vez que são os profissionais que têm um contato mais próximo aos estudantes, suas singularidades e sua rotina. O professor não deve participar da elaboração de Sequências Didáticas apenas como um sujeito cumpridor de protocolos, mas como alguém com consciência

pedagógica, inserindo-se por completo nesse processo.

As atividades de seqüências didáticas podem ser elaboradas coletivamente por área do conhecimento ou por componente curricular, com o apoio das coordenações de área, pedagógica e/ou da gestão, contribuindo com diferentes formatos de atividade, levando-se em conta o conhecimento das aprendizagens dos estudantes. Numa **elaboração coletiva de seqüência didática**, os professores podem colaborar com sugestões de atividades, utilizando suas experiências pessoais e a compreensão sobre a aprendizagem dos estudantes de uma mesma turma, dado que os mesmos estudantes se comportam de forma diversa em sala de aula, dependendo do professor ou do componente curricular.

No trabalho com SD's, é interessante considerar a **interdisciplinaridade**, pois ela favorece a conexão entre os saberes e contribui para que os professores mantenham o diálogo entre si. Isso diminui as barreiras entre os diferentes componentes curriculares e amplia as habilidades de leitura, escrita e interpretação nas diversas áreas do conhecimento, oportunizando um aprendizado mais dinâmico e completo.

Para a construção de uma seqüência didática são essenciais alguns quesitos, tais como: partir das necessidades de aprendizagem apontadas na avaliação diagnóstica, **identificar objetivos de aprendizagens claros** nas atividades propostas que atendam às necessidades apresentadas pelos estudantes, para que elas possam, de fato, sanar os conteúdos, competências e habilidades

gerais ou específicas deficitários.

Nessas seqüências, sugere-se a abordagem de temas contemporâneos, possibilitando a integração dos saberes por meio da transdisciplinaridade e transversalidade, a fim de se questionar a fragmentação do conhecimento humano. **Os temas contemporâneos** estão definidos em diversos marcos legais da educação brasileira, sobretudo na Base Nacional Comum Curricular. Diferentes formatos de atividades e estratégias devem ser propostos para atender às diversas necessidades de aprendizagens dos estudantes. As características e as especificidades dos objetos de estudo devem ser consideradas numa Sequência Didática.

As propostas em uma seqüência didática devem promover atividades entre os pares, possibilitando uma aprendizagem colaborativa e a participação

ativa dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem. É imprescindível a compreensão de que **nem todos os estudantes estarão no mesmo nível de aprendizagem** ao realizar essas tarefas, de forma a não serem desenvolvidas atividades que excluam os educandos do processo. Mas também é importante propiciar atividades mais desafiadoras, para que os demais consigam reforçar habilidades que já foram desenvolvidas.

Na elaboração de Sequências Didáticas, é interessante atentar-se para o uso de **metodologias ativas** e de estratégias que fomentem e oportunizem aos estudantes exercerem o **protagonismo**. Isso contribuirá para que, em cada etapa, eles se tornem autônomos e corresponsáveis na construção do seu conhecimento e para que haja interação entre professores

e estudantes, tornando a aprendizagem mais significativa, prazerosa e munida de desafios que os levem a querer saber mais, a criar e a inovar. Para isso os objetivos precisam ser específicos, mensuráveis, alcançáveis, relevantes e exequíveis, sendo necessário assegurar a flexibilização de modo a atingir todos os estudantes nas suas especificidades e necessidades especiais.



10. Referências e créditos



10. Referências e créditos

ALLAL, L.; CARDINET, J.; PERRENOUD, P. **A avaliação formativa num ensino diferenciado**. Coimbra: Livraria Almedina, 1986.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base**. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2020.

CARMINATTI, S.&BORGES, M. **A Perspectivas da avaliação da aprendizagem na contemporaneidade**. Disponível em <<https://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1734/1734.pdf>>. Acesso em 25 mai. 2020.

GALIAN, C. V; ALAVARSE, O.M.; REIS, S. F. (Org.). **Educação integral e currículo escolar: análises e proposições baseadas no debate teórico e em experiências em redes públicas de ensino**. São Paulo: Cenpec, 2019. 209 p.

HADJI, C. **Avaliação desmistificada**. Porto Alegre: Artmed, 2001. 136 p.

HOFFMANN, J. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

HOFFMANN, J. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos**

e proposições. São Paulo: Cortez, 2013. 272 p

MATRIZ DE REFERÊNCIA. **Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd)**. Juiz de Fora. Disponível em: <http://www.portalavaliacao.caedufjf.net/pagina-exemplo/matriz-de-referencia/>. Acesso em 10 mai. 2020.

MARTENS, Vera Márcia. **Nivelamento de habilidades de leitura e escrita: um fazer pedagógico nas escolas públicas de ensino integral frente ao fracasso escolar**. Constr. psicopedag., São Paulo, v. 24, n. 25, p. 119-132, 2016. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542016000100009&lng=pt&nrm=](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542016000100009&lng=pt&nrm=iso)

[iso](#). Acesso em 25 mai. 2020.

NETTO, A. P.; COSTA, O. S. **A importância da Psicologia da Aprendizagem e suas teorias para o campo do ensino-aprendizagem**. Disponível em: <<http://revistas.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/viewFile/4495/3090>>. Acesso em 15 mai. 2020.

NIVELAMENTO: ESCOLAS REVISAM E REFORÇAM CONTEÚDOS DO ANO ANTERIOR, NO PRIMEIRO MÊS DO ANO LETIVO. **Secretaria de Estado da Educação**. Goiás, 2020. Disponível em: <https://site.educacao.go.gov.br/educacao/nivelamento-escolas-revisam-e-reforcam-conteudos-do-ano-anterior-no-primeiro-mes-do-ano-letivo/>. Acesso em 25 jun. 2020.

PERRENOUD, P. **Avaliação. da excelência à regulação das aprendizagens.** Porto Alegre : Artmed Editora, 1999. 184 p.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática.** Tradução de Ernani F. da Fonseca. Porto Alegre: Artmed, 2000.

VIOTTO FILHO, Irineu A. Tuim; PONCE, Rosiane de Fátima; ALMEIDA, Sandro Henrique Vieira de. **As compreensões do humano para Skinner, Piaget, Vygotski e Wallon: pequena introdução às teorias e suas implicações na escola.** Psicol. educ., São Paulo , n. 29, p. 27-55, dez. 2009 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752009000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 15 jun. 2020.

VOCÊ SABE A DIFERENÇA DE EQUIDADE E IGUALDADE DE GÊNERO? **Programa**

ELAS. Disponível em: <https://programaelas.com.br/diferenca-de-equidade-e-igualdade-de-genero/>. Acesso em 18 mai. 2020.

Fotografias teóricas

Skinner

File:B.F. Skinner at Harvard circa 1950

Jean Piaget

Imagem de domínio público

Vygotsky

The Vigotsky Project - <http://webpages.charter.net/schmolzel/vygotsky/>

Wallon

Imagem de domínio público

Fotografias alunos

As fotografias deste material foram cedidas pela SEDUC

Ilustrações e ícones

As ilustrações deste material foram compostas com recursos fornecidos pelo Freepik:

www.freepik.com

Ilustrações pág 14

Robert Wood Johnson Foundation

Tipografias

As tipografias utilizadas neste material (Apertura / Feltro) foram disponibilizadas pela Adobe

